

prazos processuais

↳ os prazos podem ser legais, judiciais e convencionais.

@beatriznamiestudies

▷ **contagem dos prazos:** serão contados em dias úteis, com a exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento.

principais prazos:

- **razões finais:** 10 minutos → art. 850 CLT
- **contestação verbal:** 20 minutos → art. 847 CLT
- **duração máxima da audiência:** 5h, salvo se houver matéria urgente → art. 813 CLT
- **manifestação exceção de incompetência:** 24 h → art. 800 da CLT.
- **encaminhamento da petição inicial ao Reclamado:** 48 h → art. 841 CLT
- **audiência p/ instrução e julgamento da execução de obrigação e impedimento:** 48 h → art. 802 CLT
- **pagamento ou nomeação de bens à penhora:** 48 h → art. 884 da CLT.
- **pedido de revisão:** 48 h → art. 2º, § 2º, Lei 5.584/70
- **realização de audiência:** 5 dias contados do recebimento da notificação. → art. 844 CLT
- **redução a termo de reclamação verbal:** 5 dias → art. 786, p.º, CLT.
- **exceção de incompetência:** 5 dias a contar da notificação e antes da audiência. → art. 800 CLT
- **embargos de declaração:** 5 dias → art. 897 - A, CLT
- **embargos à execução:** 5 dias contados da garantia do juízo → art. 844 CLT

- ___/___/___
- recurso ordinário: 8 dias → art. 895 CLT
 - recurso de revista: 8 dias → art. 896 CLT
 - embargos ao TST: 8 dias → art. 894 CLT
 - agravo de petição: 8 dias → art. 897, "a", CLT
 - agravo de instrumento: 8 dias → art. 897, "b", CLT
 - recurso adesivo: 8 dias → art. 769 CLT e 997 CPC
 - recurso extraordinário e recurso adesivo ao RExtraordinário: 15 dias → arts. 102, III, CF e 266, § 1º, do regimento interno do TST
 - Inquérito judicial p/ apuração de falta grave: 30 dias contados da suspensão do empregado → art. 853 CLT
 - embargos à Execução p/ Fazenda Pública: 30 dias
 - Mandado de segurança: 120 dias contados da ciência do ato impugnado.
 - prescrição bienal: 2 anos contados do término do contrato de trabalho
 - prescrição quinquenal: 5 anos contados do ajuizamento da ação. @beatriznamiestudies
 - ação rescisória: 2 anos contados do dia subsequente ao trânsito em julgado.